

O que é ler?

Flávio Martins Carneiro
UERJ e PUC-RJ

RESUMO: Reflexões acerca do ato de ler – e reler. A memória do texto e o texto da memória. Interpretação, superinterpretação.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura; interpretação; superinterpretação.

O pacato Guy Montag, bombeiro, adorava seu trabalho. “Queimar era um prazer”, dizia, certo de que desempenhava sua parte no processo de manutenção de uma comunidade evoluída, democrática, ordeira. Num mundo onde os livros eram proibidos, a função dos bombeiros estava bastante clara – descobrir as pessoas que guardavam livros em casa e depois queimá-los: livros, pessoas, casa.

Uma noite, atendendo a uma denúncia anônima, Montag se depara com uma velha senhora que se recusa a abandonar a casa, preferindo morrer queimada com seus livros. Os bombeiros iniciam o incêndio e, durante a operação, um livro cai nas mãos de Montag. Ele não tem tempo de ler mais que uma linha, mas aquilo que lê fica tão marcado nele que é o suficiente para que o bombeiro, num gesto suicida, esconda o livro sob a jaqueta. A partir daí, tudo muda. Vários episódios estranhos e arriscados irão cruzar sua vida, antes tão tranqüila. A mulher o abandona e o denuncia à polícia, é perseguido por noites a fio através de caminhos que nunca imaginou existirem, conhece um velho que o ajuda, e por fim vai parar num lugar ermo, às margens do rio e próximo à linha de trem, onde encontra pessoas que o acolhem.

Trata-se de uma comunidade de leitores. A partir daqui, o

romance de Ray Bradbury, *Fahrenheit 451 – a temperatura em que o papel de livros arde e se consome* – caminha para seu desfecho. O personagem Montag, ex-bombeiro a essa altura, reúne-se ao grupo e é informado de que, apesar de serem todos leitores apaixonados – e por isso estão fugindo sempre de caçadores profissionais, mudando sempre de esconderijo – não possuem sequer um livro. Ao contrário, eles próprios queimam os livros que lêem:

Lemos os livros e os queimamos, para que não possam ser encontrados. Microfilmá-los não valeu a pena. Estávamos sempre viajando, não queríamos enterrar os filmes e voltar mais tarde. Sempre há a possibilidade de serem descobertos (p. 158)

Impossibilitados, por falta de segurança, de possuírem os livros, cada indivíduo do grupo se responsabilizava por um romance, ou um tratado de filosofia, ou mesmo por toda a obra de um historiador. Memorizavam.

– Quero apresentá-lo a Jonathan Swift, o autor daquele contundente livro político, *Viagens de Gulliver!* E este outro aqui é Charles Darwin, este é Schopenhauer, este é Einstein e este nosso camarada aqui a meu lado é Albert Schweitzer, um filósofo realmente dos mais amáveis. E aqui estamos todos, Montag. Aristóфанes, Gandhi, Buda, Confúcio e Thomas Love Peacock, Thomas Jefferson e Lincoln. Somos também Mateus, Marcos, Lucas e João (p. 158)

Mais adiante, o mesmo personagem que diz isso, Granger, aparentemente o líder dos leitores, dirá: “O melhor é guardar os livros na cabeça, onde ninguém pode vê-los ou suspeitar deles. Todos nós somos pedaços da história, da literatura e do direito internacional” (p. 158). Antes que eu me esqueça: Granger é também conhecido como *A República*, de Platão.

Montag percebe, nesse momento, aquilo que poderia funcionar como uma primeira possibilidade de resposta à pergunta-título: “ler é lembrar”.

Granger explica a Montag que todos temos memórias fotográficas mas passamos a vida inteira aprendendo a bloquear nossas lembranças. O grupo de “marginais” liderados por Granger, no entanto, desenvolveu uma técnica que lhes permite fazer da memória o único instrumento de sobrevivência. Eles sabem lembrar, e por isso continuam vivos. “Por fora, vagabundos; por dentro, bibliotecas” – assim se autodefinem esses leitores, para quem livro e corpo se confundem num mundo onde a ordem é queimar.

Outro que dominava os segredos da memória era Funes. No conto de Borges, *Funes, o memorioso*, o herói é um garoto de dezenove anos que, após um acidente que o deixa paraplégico, passa a desenvolver assustadoramente a capacidade de memorizar tudo o que lhe passa pelos sentidos:

Nós, de uma olhadela, percebemos três copos em cima de uma mesa; Funes, todos os rebentos e cachos e frutos que comporta uma parreira. Sabia as formas das nuvens austrais do amanhecer do trinta de abril de mil oitocentos e oitenta e dois e podia compará-las na lembrança com as linhas da espuma que um remo sulcou no Rio Negro na véspera da batalha de Quebracho. (p. 94)

Porque lembrava com o corpo, o jovem Funes, assim como os leitores de *Fahrenheit 451*, não vivia impunemente suas lembranças:

Essas lembranças não eram simples; cada imagem visual estava ligada às sensações musculares, térmicas, etc. Podia reconstruir todos os sonhos, todos os entressonhos. Duas ou três vezes havia reconstruído um dia inteiro; nunca havia duvidado, cada reconstrução, porém, tinha requerido um dia inteiro. Contou-me: Mais recordações tenho eu sozinho que

as tiveram todos os homens desde que o mundo é mundo. E também: Meus sonhos são como a vigília de vocês. E igualmente, por volta da alva: Minha memória, senhor, é como despejadoro de lixos. (p. 94).

Funes era quase incapaz de idéias gerais, de conceitos, tudo nele era a memória exata, o momento único, o objeto único. Era difícil para ele, por exemplo, compreender que a palavra *cão* pudesse designar tanto o cão das três e catorze (visto de perfil) como o cão da três e quinze (visto de frente). Como nos conta o narrador, no “abarrotado mundo de Funes não havia senão pormenores, quase imediatos”.

“Funes lembrava como quem vive: Duas ou três vezes havia reconstruído um dia inteiro; nunca havia duvidado, cada reconstrução, porém, tinha requerido um dia inteiro”. Lembrava como quem vive *literalmente* o que lembra, e não como quem reapresenta para si mesmo alguma coisa vivida, para de novo vivê-la mas agora como uma espécie de ficção, como um filme imaginário. Posso me lembrar em trinta segundos de uma cena que durou, na realidade, trinta anos – a esse propósito, ver as observações de Umberto Eco sobre tempo da história, tempo do discurso e tempo da leitura, em *Seis passeios pelos bosques da ficção*, mas a memória de Funes, para rever esta cena, gastaria os mesmos trinta anos de sua duração original. Funes não percebia, e isto talvez lhe tenha custado a vida, que a memória é uma forma de representação.

Ler é lembrar, mas lembrar representando. É saber que se trata de um jogo. Em obra citada, Eco nos diz que para

ler uma obra de ficção é preciso ter alguma noção dos critérios econômicos que norteiam o mundo ficcional. Os critérios não estão lá – ou melhor, como em todo círculo hermenêutico, têm de ser pressupostos mesmo quando se tenta inferi-los a partir das evidências do texto. Por essa razão, ler é como uma aposta. Apostamos que seremos fiéis

às sugestões de uma voz que não diz explicitamente o que está sugerindo. (p.118)

Num romance de Calvino, leio que Carlos Magno, ao passar em revista os paladinos do exército francês, depara-se com um soldado desconhecido e pede a este que se apresente. O soldado responde:

– Eu sou – a voz emergia metálica do interior do elmo fechado, como se fosse não uma garganta mas a própria chapa da armadura a vibrar, e com um leve eco – Agilulfo Emo Bertrandino dos Guildiverni e dos Altri de Corbentraz e Sura, cavaleiro de Selimpia Citeriore e Fez!

(...)

– E por que não levanta a celada e mostra o rosto?

(...)

– Porque não existo, sire.

(...)

– E como é que está servindo, se não existe?

– Com força de vontade – respondeu Agilulfo – e fé em nossa santa causa!

– Certo, muito certo, bem explicado, é assim que se cumpre o próprio dever. Bom, para alguém que não existe está em excelente forma (p. 9-10)

Quando leio este diálogo nas primeiras páginas de *O cavaleiro inexistente*, minha memória me traz o *Quixote*, de Cervantes. Talvez já o tenha trazido a partir da minha leitura do título, e a lembrança se comprova quando surge o maluco escudeiro Gurdulu, que é, entre outras mil coisas, uma versão paródica de Sancho Pança. Lembrar o *Quixote* é estender a memória até os romances de cavalaria medievais. E é também lembrar o conhecido conto de Borges, *Pierre Menard, autor do Quixote*, onde o herói se propõe uma aventura mais quixotesca que a do próprio personagem de Cervantes: escrever, em pleno século XX, um outro *Quixote*. Escrever mesmo, não copiar,

escrever como se fosse Cervantes: Não queria compor outro Quixote – o que é fácil – mas o Quixote. Inútil acrescentar que nunca visionou qualquer transcrição mecânica do original; não se propunha copiá-lo. Sua admirável ambição era produzir páginas que coincidissem – palavra por palavra e linha por linha – com as de Miguel de Cervantes. (p. 33)

Ler *O cavaleiro inexistente*, de Calvino, e me lembrar do *Quixote*, de Cervantes, e, por extensão, dos romances de cavalaria medievais, e também do conto de Borges, *Menard, autor do Quixote*, não significa, porém, que me lembre de todas as palavras dos romances de cavalaria medievais, nem de todo o *Quixote* ou de tudo o que se passa no conto de Borges. Está tudo ali, presente no romance de Calvino, mas como uma sombra, como algo que perpassa. Funes se lembraria de cada vírgula de todos esses textos, e isto não faria dele um leitor, porque lhe faltaria a noção dos critérios econômicos norteadores do mundo ficcional, como observa Eco. Quando leio *O cavaleiro inexistente*, sei que estou lendo um romance carregado de lembranças de outros romances, e sei também que, para ler o livro de Calvino, é preciso que eu aceite a aposta, que confie na voz que narra, sem saber aonde me levará essa voz.

Ler uma obra de ficção é saber que estou lendo uma obra de ficção. Ler é lembrar, mas lembrar sabendo que minhas lembranças são representações ficcionais daquilo que eu um dia vivi, li. Mais ainda: é saber que todo texto é memória de outro texto, que ler um romance é de certa forma lembrar-se de todos os romances já escritos.

Num dos episódios de *Sonhos de Akira Kurosawa*, um jovem pintor aprecia uma exposição de quadros de Van Gogh. Para mais detidamente diante de um deles, *Le Pont de l'Anglois*. A câmera subjetiva mostra o que o jovem observa: uma parede, o quadro. Aos poucos, porém, a imagem do quadro vai tomando conta de toda a tela. Nesse momento, em que tela e quadro são um só, as lavadeiras pintadas por Van Gogh começam a se mover, a carroça, eternamente suspensa sobre a ponte, continua seu caminho, as águas do rio correm. O quadro se movimenta, vira filme, e logo em seguida o

jovem está dentro da imagem, conversando com as lavadeiras e perguntando onde encontrar Van Gogh. Uma delas indica o caminho, mas avisando ao viajante que a pessoa que ele procura acaba de sair de um manicômio. O jovem encontra seu mestre, pintando num campo de trigo. Do diálogo entre eles, destaco um trecho: percebendo que Van Gogh usa um lenço em volta das orelhas, o jovem pergunta o que lhe aconteceu, e o mestre responde que no dia anterior tentava pintar um auto-retrato, mas não conseguia de forma alguma retratar a própria orelha. Então a cortou fora.

Sei que este episódio – *Os corvos*, uma referência ao quadro *Champs de blé aux corbeaux* – não é um quadro de Van Gogh, embora no filme de Kurosawa estejam os quadros e a vida de Van Gogh, e também a memória de todos os quadros que não foram pintados por Van Gogh, e de todos os filmes que Kurosawa fez e todos os que não fez. Lendo o filme, eu lembro e entro no jogo da representação, no diálogo que todo texto estabelece com outros textos. Entendo que minha memória traz não apenas os quadros de Van Gogh e os filmes de Kurosawa – sempre tão próximos da pintura – quando vejo *Sonhos*, mas traz também certas regras do jogo ficcional que aprendi lendo ficção.

E ao ver o filme, ou ao ler o romance de Calvino, chego então a uma segunda resposta à nossa pergunta. Resposta que remete à primeira, mas talvez agora um pouco mais elaborada, e contendo em si a memória não apenas do que li mas também de certo pacto entre leitor e texto ficcional: *ler é reler*.

Uma resposta como essa gera evidentemente uma outra pergunta: se ler é reler, qual seria o texto primeiro? Ao ler o romance de Calvino, releio Borges. Ao ler Borges, releio o *Quixote*, em cuja leitura releio os romances de cavalaria. Mas ao ler os romances de cavalaria, o que releio? A rede de leituras certamente poderia retroceder até minha primeira leitura de uma palavra escrita, quando fui alfabetizado, ou ainda antes, até minha primeira leitura do mundo. Enveredar por esse caminho me levaria a reflexões ontológicas que sem dúvida atravessariam os domínios da psicanálise, da filosofia

da linguagem, da história e de um sem-número de outros territórios que fogem aos interesses restritos desse rápido depoimento. Aqui, a resposta a essa nova pergunta me parece mais simples. O texto primeiro é dado pelo contexto.

Ao ler *O cavaleiro inexistente*, meu texto primeiro – aquele mais remoto na cadeia de memórias de textos – são os romances de cavalaria. Assim como, ao ler o filme de Kurosawa, o primeiro texto são os quadros de Van Gogh. Releio, em cada texto, apenas aquilo que minha memória de leitor consegue abarcar, e apenas os textos que podem ser relacionados a este que estou lendo. Minha aventura de leitor tem, portanto, dois limites: o que sei e o que o texto sabe.

Ir além disso, além dos limites do meu repertório e do repertório do texto, é cair, como já disse, em reflexões extraliterárias, que não me interessam no momento, ou incorrer naquilo que Umberto Eco, em livro recente, chamou de “*superinterpretação*”. Segundo o teórico, toda interpretação deve respeitar aquele pacto a que me referi anteriormente, ou seja, cada romance pede que o leiamos como *aquele* romance, e não como um romance qualquer, como se não houvesse diferença entre um romance e outro. Interpretar um texto não é *usar* um texto, não é fazer dele apenas um filtro para a expressão de meus conhecimentos, anseios, memórias que não partilham do universo daquele texto específico. E afirma, num parágrafo que considero bastante esclarecedor:

Se devemos concluir se a frase a rosa é azul aparece no texto de um autor, é necessário descobrir no texto a frase completa a rosa é azul. Se encontramos na página 1 o artigo a, na página 50 a seqüência ros no corpo do lexema rosário e assim por diante, não provamos nada, pois é óbvio que, dado o número limitado de letras do alfabeto que um texto combina, com esse método poderíamos encontrar absolutamente qualquer afirmação que desejássemos, em qualquer texto. (p. 66)

Lembro-me agora de outro conto de Borges, um dos mais citados, sem dúvida, e sempre ainda por ser descoberto: *A Biblioteca de Babel*. O conto, que está, aliás, repleto de citações de outros textos, existentes ou inventados, como é comum em Borges, e que comparece, é lembrado em *O nome da rosa*, de Umberto Eco, tem início com a seguinte frase: “O universo (que outros chamam a Biblioteca) constitui-se de um número indefinido, e quiçá infinito, de galerias hexagonais, com vastos poços de ventilação no centro, cercados por varandas baixíssimas” (p. 61).

Trata-se do relato de um bibliotecário – na verdade, todos os homens, no tempo e no espaço indefinidos em que transcorre a história, são bibliotecários, na medida em que só a Biblioteca (que outros chamam o universo) existe – onde ficamos conhecendo o labirinto de livros em que vive o narrador. Na Biblioteca, os homens pensam, amam, procuram, veneram deuses, constituem seitas: “Sei de uma região agreste cujos bibliotecários repudiam o costume supersticioso e vão de procurar sentidos nos livros e o equiparam ao de procurá-lo nos sonhos ou nas linhas caóticas da mão”... (p. 63-4)

Um bibliotecário de gênio, segundo o narrador, certa feita descobriu a lei fundamental da Biblioteca. “Esse pensador observou que todos os livros, por diversos que sejam, possuem elementos iguais: o espaço, o ponto, a vírgula, as vinte e duas letras do alfabeto. Também alegou um fato que todos os viajantes confirmaram: Não há, na vasta Biblioteca, dois livros idênticos”. (p. 65)

Dizer que não há na vasta Biblioteca (universo) dois livros idênticos equivale a dizer que não há duas leituras idênticas, visto que não apenas existe uma diferença entre mim e outro leitor, como também há uma diferença entre um livro e outro, e, ainda por esse motivo, é lícito afirmar que cada texto só pode ser lido como único. Toda leitura depende, portanto, da minha memória e da memória compreendida no texto que leio.

Retomando e reunindo duas afirmações anteriores: “se ler é reler, só releio o que sei e o que o texto sabe”.

A aventura, portanto, é limitada.

Mas entre o que sei e o que texto sabe cabe tanta coisa que ler parece infinito.

Na Biblioteca de Borges, no seu labirinto de Babel, ficamos sabendo que há um espelho no saguão que duplica as aparências fielmente. Os homens costumam inferir desse espelho que a Biblioteca é finita, caso contrário por que essa duplicação ilusória, esse fingimento de infinito? O narrador acredita que o espelho está aí para “representar” e “prometer” o infinito. Minha solidão alegra-se com essa elegante esperança.

Referências Bibliográficas

- BORGES, Jorge Luis. Funes, o memorioso; Pierre Menard, autor do Quixote; A Biblioteca de Babel. In: *Ficções*. 4ª. ed. trad. Carlos Nejar. Porto Alegre/Rio: Globo, 1986.
- BRADBURY, Ray. *Fahrenheit 451*. Trad. Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Melhoramentos, s.d.
- CALVINO, Italo. *O cavaleiro inexistente*. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- ECO, Umberto. *Interpretação e superinterpretação*. Trad.: MF. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- _____. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Nota

- 1 Este texto foi escrito após debate realizado durante a II Jornada Interdisciplinar de Leitura, da PUC/RJ – em dezembro de 1994 -, que teve como tema a pergunta: *O que é ler?* Nele estão presentes os comentários de Danilo Marcondes e Tania Dauster, que, junto com o autor, formavam a mesa naquela ocasião, as observações de Eliana Yunes, debatedora, e as contribuições do público presente. Estão todos na memória deste pequeno ensaio, que eu gostaria de batizar, aliás, para me sentir um pouco mais à vontade, de *depoimento*.